



Urna Eletrônica

15

URNA ELETRÔNICA

Por mais incrível que possa parecer, o primeiro Código Eleitoral brasileiro, datado de 1932, já previa em seu artigo 57 o “uso das máquinas de votar, regulado oportunamente pelo Tribunal Superior Eleitoral”, devendo ser assegurado o sigilo do voto. O marco inicial para a informatização da votação ocorreu em 1986 com a criação do novo título de eleitor e a consolidação de um cadastro único e automatizado. Não havia até aquele ano um registro nacional e isso abria espaço para fraudes no cadastro.

A segunda fase da informatização da Justiça Eleitoral ocorreu na eleição para Presidente da República de 1989, quando, pela primeira vez, a totalização dos votos se deu de maneira eletrônica. Naquela época, nem o TSE e muito menos os TREs possuíam computa-



dores. Tanto que esse processo de totalização foi realizado pela Dataprev. Cinco anos depois, nas eleições gerais de 1994, o TSE realizou pela primeira vez o processamento eletrônico dos resultados com recursos próprios de tecnologia da informação.

Já no ano seguinte, sob a presidência do ministro Carlos Mário da Silva Velloso, que assumiu com o compromisso de “afastar a mão humana da apuração”, foi criado um grupo de trabalho liderado pelo engenheiro Paulo Cesar Bhering Camarão, então secretário de Tecnologia de Informação do TSE, com a missão de criar uma “máquina de votar”. Nascia aí a urna eletrônica.

O primeiro nome do equipamento foi Coletor Eletrônico de Votos (CEV). O projeto foi concebido com base em algumas premissas básicas: o dispositivo teria de ser capaz de eliminar a

intervenção humana dos procedimentos de apuração e totalização dos resultados, bem como de garantir maior segurança e transparência ao processo eleitoral. Além disso, deveria ser leve, compacto (para facilitar seu transporte) e prático de usar.

A complexidade do sistema eleitoral brasileiro exigiu, desde o início, que a nova forma de votar fosse bem simples. Veio daí a ideia de utilização de números em um teclado semelhante ao do telefone para possibilitar aos analfabetos e aos deficientes visuais interagir com o dispositivo sem dificuldade. Isso exigiu um intenso trabalho de convencimento dos parlamentares federais, acostumados a receber votos em seus nomes, para aprovarem a nova forma de votar.

Em fevereiro de 1996, o ministro Velloso e o assessor de comunicação social do TSE na época, Ro-



gério Tavares, receberam em Brasília um grupo de jornalistas e representantes da área de comunicação social dos TREs de São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná para a apresentação da urna eletrônica. O resultado foi um sucesso. O equipamento combinava tela, teclado e CPU numa só máquina. Muitas ideias foram sugeridas para a realização de uma campanha nacional e em 6 de julho de 1996, em Curitiba, foi realizado o primeiro grande simulado nacional do novo jeito de votar.

Tudo o que poderia acontecer de errado efetiva-

mente aconteceu naquele teste. Isso permitiu que as correções fossem feitas antes das eleições de outubro. E, partir de 31 de julho, peças comerciais passaram a ser veiculadas em todas as emissoras de rádio e televisão do país apresentando a novidade e trazendo, como slogan, a frase “urna eletrônica: é mais fácil votar assim”.

Uma semana antes das eleições, o ministro Marco Aurélio Mendes de Farias Mello, que havia assumido a presidência do TSE em junho de 1996, escreveu um artigo publicado nos principais jornais do país no qual afirmou que a Justiça Eleitoral tinha razões de sobra para acreditar que as pessoas não enfrentariam dificuldades para votar no novo sistema. A máquina desenvolvida era muito simples e fora submetida aos mais exaustivos testes.



A primeira votação eletrônica do Brasil ocorreu no dia 6 de outubro de 1996 e mobilizou cerca de 32 milhões de eleitoras e eleitores, em 57 cidades brasileiras: 26 capitais (exceto Brasília, que não tem eleição municipal) e 31 municípios do interior com eleitorado superior a 200 mil. Pouco mais de 70 mil urnas eletrônicas foram utilizadas naquelas eleições. No Paraná, apenas em Curitiba e Londrina.



Ainda na noite daquele dia o resultado das votações daquelas 57 cidades foi anunciado, confirmando o sucesso dessa importante inovação tecnológica. Ao apresentar um balanço dos trabalhos, o ministro Marco Aurélio disse que o primeiro passo havia sido dado e que a Justiça Eleitoral cumpria seu papel confiante de ter tido o endosso de todas as forças políticas do país na busca do objetivo maior de aprimoramento constante da democracia.

As eleições seguintes, de 1998, foram importantes para o Brasil por três fatores. Foi a primeira a permitir a reeleição dos ocupantes dos cargos do Executivo, tanto estadual como federal. Foi também a segunda eleição direta para Presidente da República desde a redemocratização. E, por fim, ampliou o voto ele-

trônico, que atingiu naquele ano quase 58% do eleitorado nacional.

A urna eletrônica, que havia estreado dois anos antes, nas eleições municipais de 1996, foi utilizada desta vez em todos os municípios brasileiros com mais de 40.500 pessoas inscritas até o fechamento do cadastro nacional, em maio de 1998: um total de 537 municípios e um universo de 61.111.922 eleitoras e eleitores, o equivalente a exatos 57,62% do eleitorado.

No Paraná, a votação eletrônica alcançou 21 municípios: Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Cascavel, Guarapuava, São José dos Pinhais, Apucarana, Paranaguá, Umuarama, Arapongas, Campo Mourão, Colombo, Campo Largo, Pinhais, Toledo, Paranavaí, Cambé, Araucária e Francisco Beltrão.

Do início de junho até o final de agosto, uma equipe do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) visitou os 19 municípios que utilizariam a urna eletrônica pela primeira vez para treinar as servidoras e os servidores dos cartórios eleitorais, bem como apresentar o equipamento aos órgãos de imprensa locais para fins divulgar a nova maneira de votar para a população.

O modelo 1998 da urna eletrônica trazia uma capacidade de processamento maior e alguns outros aprimoramentos em relação à versão de 1996. O principal deles era a ampliação da memória, que permitiu o registro das fotografias das candidatas e dos candidatos que disputavam os diferentes cargos do pleito, diferente do modelo anterior, que ficou limitado aos que disputaram os cargos majoritários.

A quantidade de urnas eletrônicas quase que dobrou no país naquelas eleições. De 77.469 em 1996, o total em 1998 passou para 152.370 unidades. Com isso, a Justiça Eleitoral consolidou o processo de informatização das eleições brasileiras e garantiu a eficiência do novo sistema para sua integral utilização nas eleições do ano 2000.

É curioso perceber como a História e o destino, às vezes, pregam boas e surpreendentes peças em nossas vidas. Nesse caso específico, a boa surpresa e feliz coincidência ocorreu nas duas vezes em que o ministro José Néri da Silveira esteve à frente da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Na primeira vez, em 1986, ele foi o responsável pela realização do recadastramento eleitoral, o que permitiu a criação de um cadastro nacional informatizado, passo inicial da informatização do processo eleitoral brasileiro. Na segunda vez, no ano 2000, ele comandou as eleições municipais daquele ano, que utilizaram urnas eletrônicas em todos os municípios do Brasil, concluindo, assim, o processo de informatização que ele havia inaugurado 24 anos antes.

Diferente das duas etapas anteriores, em 1996 e 1998 (ver quadro abaixo), quando um número reduzido de municípios fez uso da urna eletrônica, desta vez, a “máquina de votar” seria utilizada por 109.780.071 eleitoras e eleitores em 5.559 municípios, número dez vezes maior do que na eleição anterior.

Eleições	1996	1998	2000
Nº de municípios	5.507	5.513	5.559
Nº de municípios com votação eletrônica	57	537	5.559
Eleitorado atingido	32.478.153	61.111.922	109.780.071
% do eleitorado atingido	32,07%	57,62%	100%
Nº de urnas eletrônicas utilizadas	77.469	152.370	353.780

Fonte: TSE

Para chegar aos 378 municípios paranaenses que ainda não haviam utilizado a urna eletrônica, foi necessária a criação de uma estratégia de comunicação que permitisse treinar o eleitorado no novo equipamento.

A presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) aprovou a ideia de montar uma pequena frota de veículos adesivada em sua lataria com o teclado da urna eletrônica. Cada veículo, equipado com uma urna, um televisor e um videocassete, percorreria uma parte do estado. Em cada parada, um tutorial seria exibido e o público presente convidado a testar o equipamento e tirar dúvidas.

Entre julho e setembro de 2000, quatro veículos Kangoo, emprestados pela montadora Renault, percorre-

ram todo o Paraná seguindo uma rota que dividiu o estado em quatro grandes regiões. A operação foi um sucesso e os “Kangurnas”, como foram chamados, mostraram para toda a população paranaense a nova maneira de votar.

As eleições do ano 2000 foram marcadas pela utilização das urnas eletrônicas em todos os municípios brasileiros e consolidou uma nova maneira de votar: mais rápida, mais segura e completamente auditável.

Em 2008, para proporcionar ainda mais segurança às eleições do país, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) deu início ao Programa de Identificação Biométrica do Eleitor brasileiro. A intenção da Justiça Eleitoral era utilizar mais uma vez a tecnologia para facilitar a identificação do eleitor, evitando de uma vez por todas que uma pessoa se passasse por outra na hora de votar.



Naquela eleição, aproximadamente 40 mil eleitoras e eleitores dos municípios de São João Batista (em Santa Catarina), Fátima do Sul (em Mato Grosso do Sul) e Colorado do Oeste (em Rondônia) participaram do primeiro teste da urna eletrônica com leitura biométrica. O eleitorado desses três municípios precisou comparecer aos respectivos cartórios eleitorais para ter suas digitais colhidas pelo novo sistema.

A palavra “biometria” é de origem grega composta por bios (vida) e metron (medida). Ao pé da letra significa “medida da vida”. Na prática, consiste na

identificação de uma pessoa por meio de seus traços biológicos, no caso, de suas impressões digitais.

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) realizou seu primeiro teste de recadastramento biométrico em 2009, no município de Balsa Nova, na Região Metropolitana de Curitiba. Nas eleições do ano seguinte, tornou-se o pioneiro do estado na utilização da nova urna.

Em 2011 foi a vez de Curitiba ter seu eleitorado de quase 1,3 milhão revisado e apto a utilizar o novo sistema nas eleições de 2012. A partir daí, sempre nos anos ímpares, o processo de expansão da biometria foi se desenvolvendo nos municípios paranaenses, sendo concluído em 2019.

As eleições de 2020 seriam a primeira a contar com a identificação biométrica de todo o eleitorado estadual. No entanto, por conta da pandemia da Covid 19, isso ficou para as eleições de 2022.



Urnas eletrônicas: à esquerda, novo modelo